

POVOS INDÍGENAS NO BRASIL

FONTE : Correio Braziliense

CLASS. : 280

DATA : 21 08 87

PG. : 5

CNBB pede CPI para apurar denúncias

Dom Luciano vai processar o *Estadão* e critica a falta de defesa na Constituinte

O presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, dom Luciano Mendes de Almeida, pediu ontem a um grupo de constituintes, com o qual se reuniu, a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito para apurar as denúncias feitas pelo jornal *O Estado de S. Paulo* contra o Conselho Indigenista Missionário (Cimi). O presidente da CNBB pediu rapidez na CPI, através da qual espera provar que houve falsificação e fraude na documentação que serviu de base para as reportagens publicadas no *Estadão*. Dom Luciano reiterou sua intenção de processar o jornal. Para tanto, ontem à tarde ele teve uma reunião com os advogados da CNBB.

O encontro de dom Luciano com os constituintes foi promovido pela Fundação Pedroso Horta, do PMDB, na sede da Comissão de Finanças do Senado. A um auditório lotado, mas com menos de 40 constituintes, o presidente da CNBB lembrou que hoje existem apenas 200 mil índios no País, e que as terras formam para as populações indígenas o enquadramento da própria vida". Dom Luciano lembrou que a CNBB não se opõe à exploração de minérios, mas quer que seja respeitado o direito à vida e ao desenvolvimento dessas populações. "Até agora na Constituinte, a causa indígena tem sido considerada e os direitos dos índios respeitados", avaliou, creditando as denúncias do Estado às "apreensões causadas por este fato a alguém", que preferiu não acusar.

— Por causa do trabalho dos constituintes, resolveram modificar a imagem do Cimi, com base em documentos falsificados, que acusam o Conselho, inclusive, de querer obter vantagens financeiras com a exploração mineral. As seis matérias publicadas procuram destruir a verdade sobre o papel do Cimi, atentando contra a própria beleza da vontade missionária.

Mas nem só de elogio foram as palavras de dom Luciano aos constituintes. Ele os criticou abertamente, quando afirmou não ter havido uma defesa clara,

em plenário, contra as acusações. Ao contrário, segundo o presidente da CNBB, "num momento de democratização do País, tais denúncias encontraram eco no Congresso, inclusive com parlamentares pedindo a fiscalização do Cimi, e não das denúncias". Dom Luciano, por isso, concordou com a realização de uma CPI, desde que sua ação seja rápida e eficaz. Foi entusiástica e longamente aplaudido pelos constituintes, que compareceram ao auditório da Comissão de Finanças convocados para defender o Cimi.

Após o pronunciamento de dom Luciano, começaram os debates, com 16 inscritos, além do presidente do Conselho Nacional dos Geólogos, Vanderlino Teixeira de Carvalho, que contestou estimativas de que em terras indígenas há 400 bilhões de dólares em minérios e reservas de ouro superiores às da África do Sul. "Não há estudo nesse sentido. É um disparate para confundir a opinião pública. O que há nessa região são perspectivas geológicas ainda não bem definidas", explicou. O primeiro deputado a falar foi Otávio Elísio, que disse não ser aceitável a exploração predatória nas terras indígenas e na Amazônia. "É fundamental que nosso debate tenha desdobramentos na Constituinte", defendeu. O deputado Antônio, Câmara disse que é preciso que a Constituinte garanta que não ocorra mais na Amazônia e em terras indígenas o que ocorre em seu Estado, o Rio Grande do Norte, que segundo ele, tem 87 por cento de seus recursos nas mãos das multinacionais.

Também o deputado Gabriel Guerreiro defendeu a preservação dos índios, mas sem o comprometimento do desenvolvimento da Amazônia. "Não abro mão da soberania sobre o subsolo, que deve pertencer à Nação, inclusive com o Congresso tendo o direito de cassar qualquer concessão de exploração".

Dom Luciano voltou a falar — para a surpresa de todos — em tom agressivo e irritado. "O que queremos é que haja mineração em outras terras, primeiro, e que a mineração em ter-

ras indígenas traga benefícios para os índios". Irônico, disse: "Quereria ver fazer mineração numa área de pecuaristas ricos". Em tom de crítica aos constituintes, o presidente da CNBB perguntou: "Por que garantir a soberania apenas nas terras indígenas?". E, finalmente, apontou qual deve ser, no seu entender, o critério defendido: "Soberania, sim, mas sempre: não só quanto ao índio".

O debate prosseguiu, inclusive, com a palavra de um índio, o ex-deputado Mário Juruna. "Não há homem no Brasil. Não há peito no Brasil. Gostaria que os senhores constituintes defendessem os direitos dos índios", afirmou Juruna. "Seria bom procurar minério longe do índio. Acima da terra existe a tribo, que é mais importante que a riqueza. O índio, ao contrário do branco, não quer riqueza, quer a terra para sobreviver", avisou. Ao pedir a palavra, o senador Ronan Tito informou que tinha em mãos todos os "papéis, e não documentos" que deram origem às reportagens do jornal *O Estado de S. Paulo*. Acusou Mauro Nogueira — "um cidadão procurado pela polícia do Pará e do Maranhão" — de ser responsável pelos papéis e criticou o jornal por ter dado "tanta credibilidade a ele, sem a menor investigação".

Entre os menos de 40 constituintes que participaram do debate, poucos eram favoráveis à exploração de minérios em terras indígenas. O deputado Gustavo Faria, que não ficou até o fim do debate, garantiu, em entrevista, que as mineradoras que atuam no País estão "cerceadas" pelo projeto de Constituição. "No plenário vamos derrubar isso. Como está, não dá", garantiu. O deputado Roberto Cardoso Alves defendeu a campanha do Estado de S. Paulo, justificando que o jornal, na verdade, pretende que não haja "formação de estoques de minérios não explorados". Como Gustavo Faria, Cardoso afirmou não ter dúvida de que será fácil mudar o texto do projeto.